



Overview **AGBI:**
*Environmental, Social and
Governance (ESG)*



Overview AGBI: Environmental, Social and Governance (ESG)



LUCIANO
LEWANDOWSKI

Sócio fundador da AGBI



GUSTAVO
FONSECA

Sócio diretor da AGBI



MARIO
LEWANDOWSKI

*Diretor de novos negócios
da AGBI*



DIOGO
OLIVEIRA

*Analista de investimentos da
AGBI*



JOSÉ VICTOR
OLIVEIRA

*Analista de investimentos da
AGBI*

Sumário de Navegação

4 - Carta da Empresa

5 - Elementos Trabalhados pela AGBI

6 - Introdução ao ESG

7 - Capitalismo de Partes Interessadas & Investimento Responsável

8 - ESG no Brasil

9 - ESG no Mercado de Capitais

10 - ESG no Agronegócio

12 - ESG no Mercado Imobiliário

14 - Metodologias e Frameworks

15 - ODS – Uma visão de governo

16 - GRI e SASB – Visão de Empresas (Gestores)

17 - PRI e MSCI – Visão de Investimento (Investidores)

18 - Futuro do ESG: Integração

19 - Frameworks e padrões no Brasil

20 - Benefícios e Desafios de Implementação

23 - O que é “Greenwashing”? Como identificar o “falso ESG”?

24 - Importância da Governança e ESG

25 - Como gerar valor com ESG?

26 - Conclusão

27 - Disclaimer

AGBI

REAL ASSETS

Sobre nós

*A AGBI é uma gestora de recursos independente focada em investimentos em ativos reais dos setores de **Agronegócio e Imobiliário** liderada por **sócios com ampla experiência na gestão de investimentos** dos setores alvo de trabalho.*

Carta da Empresa

Atualmente, muito se fala sobre os princípios ESG (ou ASG), que trazem um olhar Ambiental, Social e de Governança aos negócios. No World Economic Forum de Davos de 2021, falou-se sobre uma transição de um capitalismo de acionistas (shareholder capitalism) para capitalismo de partes interessadas (stakeholder capitalism), no qual o mercado deveria olhar para seu papel mais amplo na sociedade na hora de tomar suas decisões, considerando não somente os investidores e donos das empresas, mas também toda a sociedade afetada pelos negócios da empresa. Na AGBI, sem o uso de alguns destes termos e neologismos, encampamos estas filosofias desde nossa criação.

Para além dos nossos valores e compromissos, expressamos esta consideração nas nossas ações passadas, do desenvolvimento das teses de investimento até a execução das operações. A escolha por uma estratégia de ganho de capital no Agro em nossos veículos de investimentos, foi baseada na sinergia que nossos valores têm com uma estratégia de transformação de terra degradada para lavoura. Além de contribuirmos para o não desmatamento, ajudamos a mostrar o potencial da conversão de terras de pastagens à lavoura como meio de aumentar drasticamente produtividade e retorno econômico para toda região. Acreditamos piamente que não há razão para prejudicar o meio ambiente não somente por questões morais, mas também econômicas.

Nossa abordagem de investimentos responsáveis, reduzindo o impacto ambiental e social da nossa empresa, tem gradualmente evoluído para uma abordagem de investimentos sustentáveis, procurando trazer benefícios palpáveis não somente aos nossos investidores, mas também à todos os nossos colaboradores, fornecedores e a sociedade. Para tal, temos nos esforçado para instaurar esta cultura sustentável em todos os níveis da empresa, dos sócios aos prestadores de serviço.

Por fim, e dando andamento ao nosso compromisso com estes temas, publicamos este Overview AGBI ESG para fazer nossa parte na conscientização do mercado quanto a importância, complexidade e urgência destes temas. Nas próximas páginas separamos as seções por níveis maiores de complexidade para que possam conhecer e se aprofundar mais nos conceitos, na legislação e nas oportunidades e dificuldades de levar adiante uma estratégia de ESG.

Elementos Trabalhados pela AGBI

TRANSPARÊNCIA

Transparência como elemento essencial para as relações dos investidores com as demais partes interessadas envolvidas no processo de investimento.

INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

Estratégia de investimentos baseada em indicadores de demanda mundial por alimentos, velocidade de transformação da terra para produção e terras aráveis disponíveis em geral e em regiões específicas do Brasil, garantindo a execução de investimentos sustentáveis que atendam a demanda global essencial por abastecimento de alimentos.

IMPACTO AMBIENTAL

Aquisição apenas de fazendas já em pastagem e degradadas, que não precisam ser desmatadas para o desenvolvimento da agricultura de grãos. Estímulo a diversificação e integração da produção em uma área única.

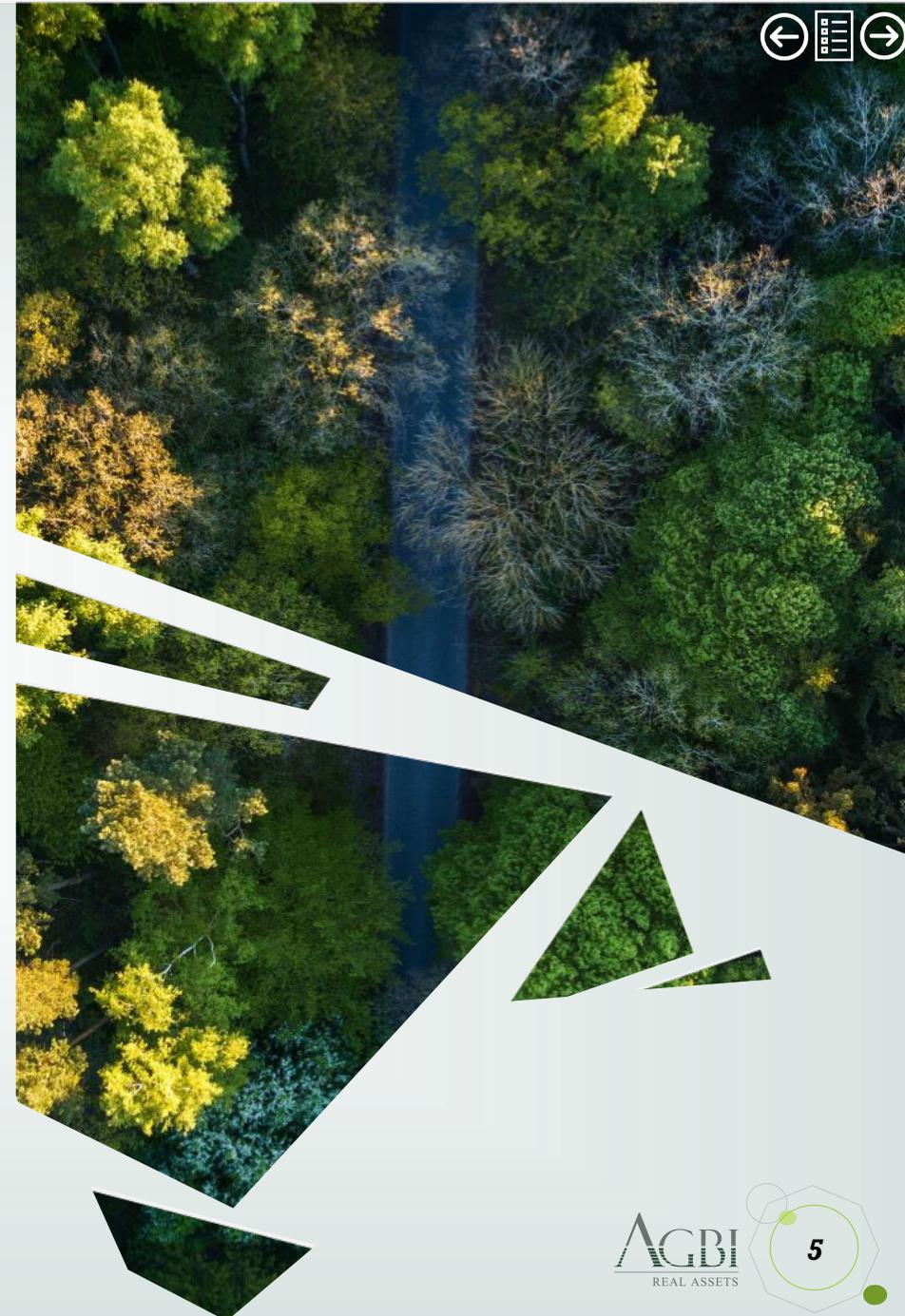
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Foco nas regiões do país em desenvolvimento, impulsionando o seu crescimento e de seus produtores locais por meio do preenchimento da lacuna de crédito existente para aquisição de terras. A AGBI trabalha com contratos de arrendamento alinhados aos níveis de produção e que possibilitam a atuação e desenvolvimento dos produtores locais.



CRIAÇÃO DE VALOR

Modelo de negócios resiliente com retorno baseado na criação de valor por meio da produção e transformação de ativos.



Introdução à ESG

A parcela de responsabilidade social das empresas com o ecossistema ao seu redor aumenta cada vez mais devido as necessidades do mundo em lidar com as mudanças climáticas, com a escassez de recursos naturais, desigualdade e outros diversos critérios socioambientais. A incorporação dos aspectos sociais e ambientais às estratégias e práticas de governança corporativa (Environmental, Social and Governance – ESG) ganha relevância e vantagem competitiva às organizações, logo que sua função social representa uma questão crítica à sua criação de valor de longo prazo e envolve progressivamente os olhares dos investidores e demais partes interessadas.

Apesar de uma agenda de sustentabilidade e investimento responsável que remonta à reunião de 1971 do Fórum Econômico Mundial e passa pelos protocolos da Rio 92, a sigla ESG foi usada pela primeira vez em dezembro de 2004 no relatório “Who Cares Wins”, preparado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas, 4 anos após a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As três letras representam uma mudança estrutural de sustentabilidade, com fatores criados para aumentar a transparência e alinhamento entre os objetivos corporativos e os objetivos de longo prazo da sociedade.

Em particular após o PRI, em 2006, cada vez mais empresas e investidores têm se conscientizado sobre as pautas e buscam adequação para melhorar suas performances, com responsabilidade, desenvolvendo metodologias e frameworks específicas, como analisaremos na seção 3 deste Overview AGBI. As empresas que seguem esses princípios, geralmente são mais resilientes a longo prazo. Não à toa, em 2019 foi criado pelo CFA UK a primeira certificação de ESG de uso amplo para capacitar profissionais com estes conhecimentos com o intuito de melhorar a gestão de ativos, investimentos e negócios através do ESG. Sendo assim, cada vez mais investidores passam a adquirir ativos com características ESG para compor seu portfólio, garantindo resultados menos voláteis e mais sustentáveis no ponto de vista financeiro.



Environmental

(Ambiental)

Referente às práticas ambientais, essa questão relaciona como as empresas se esforçam para reduzir o impacto ambiental e como estas se preocupam com questões referentes ao aquecimento global, emissões de carbono, poluição, eficiência energética e a biodiversidade.



Social

(Social)

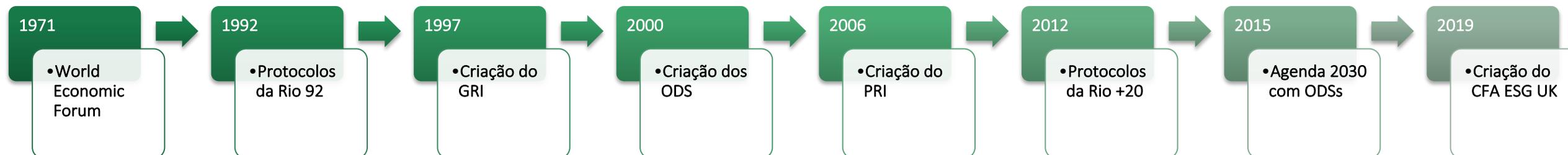
Alusivo a letra S, de social, entra em rol a forma de como a empresa trata os seus stakeholders. Questões como a inclusão, diversidade, direitos trabalhistas, engajamento dos funcionários, proteção de dados e impactos sobre a comunidade, compõe alguns dos exemplos que moldam o desempenho social.



Governance

(Governança)

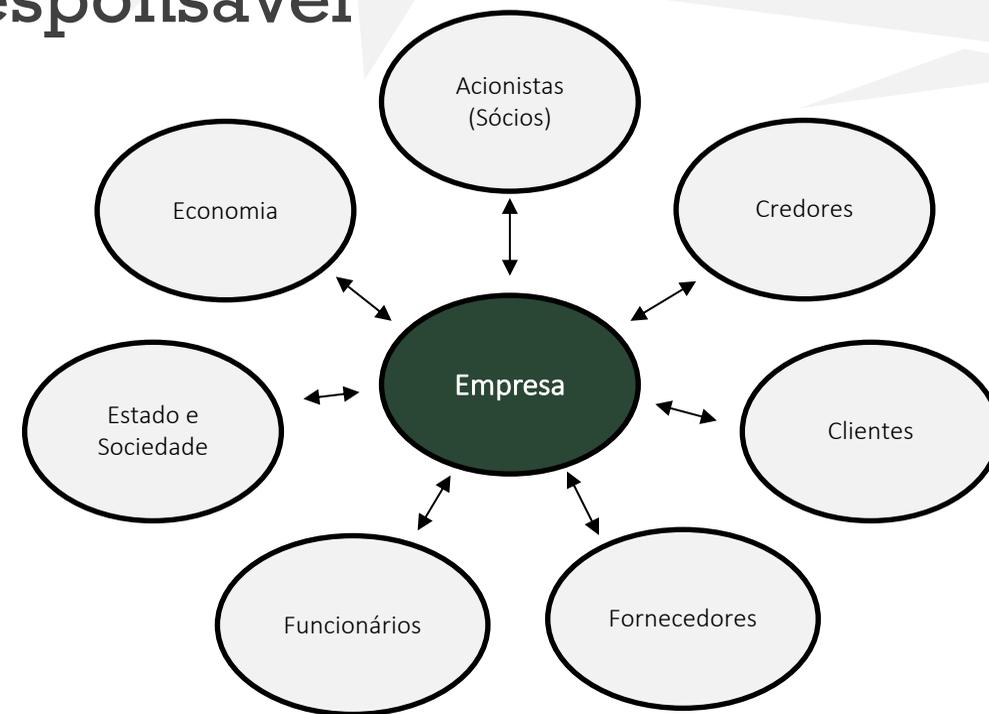
São as práticas, regras e processos que a companhia adota para sua gestão. Exemplos como a ética anticorrupção, estrutura e diversidade no conselho, transparência, estrutura dos comitês de auditoria e fiscal, comunicação, enquadra o fator governança.



Capitalismo de Partes Interessadas & Investimento Responsável

A busca por empresas que estão focadas no crescimento socioeconômico e que são responsáveis pelos impactos de seus atos, determinou o conceito de “stakeholder capitalism”, ou “capitalismo de partes interessadas”. Diferentemente do “shareholder capitalism”, ou “capitalismo de acionistas”, onde o lucro predomina acima de tudo, o “capitalismo de partes interessadas” avalia cada decisão afim de anular os danos drásticos ao meio ambiente ou aos demais. Cada vez mais, os analistas estão investigando uma ampla variedade de fatores não financeiros para compreender melhor seus impactos na avaliação de uma empresa.

Este overview elaborado pela AGBI visa a divulgação da boa prática ESG às empresas e auxiliar os profissionais de investimento a identificar e ponderar adequadamente os riscos e oportunidades sustentáveis no mercado, salientando a melhor maneira de caminhar em direção ao investimento responsável. Para isso, foi utilizado em estudo o material “Measuring Stakeholder Capitalism” elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. O projeto apresentou um conjunto de 55 métricas (21 principais e 34 complementares) baseadas em quatro pilares ordenados de acordo com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): Princípios de Governança, Planeta, Pessoas e Prosperidade.



Fonte: Schwab, *Modern Company Management in Mechanical Engineering*, 1971 (Adaptado).

Cada um desses pilares tem grande importância na manutenção geral do valor sustentável da organização. A inclusão da prosperidade como o quarto pilar leva o projeto além da sigla “ESG”, destacando a importância das sociedades prósperas e do papel das empresas no fomento do crescimento econômico, inovação e riqueza compartilhada.

O desempenho em um pilar é altamente independente do outro e cada um deve ser visto isoladamente, para que assim, a empresa possa agregar valor a todos que fazem parte do seu ecossistema e entregar resultados consistentes no longo prazo.



Princípios de Governança

Relacionado a transparência e a ética de uma empresa de acordo com seu propósito. São avaliados os gerenciamentos de riscos, combates a lavagem de dinheiro e corrupção, mecanismos de denúncias e a própria composição empresarial.



Pessoas

Compara, basicamente, a forma como a empresa trata seus empregados. Fatores como a diversidade, inclusão, diferença salarial e o investimento na qualidade de vida dos funcionários, sustentam os principais tópicos do tema.



Planeta

Avalia a sensibilidade ecológica da empresa, suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e outros fatores como, por exemplo, a gestão de resíduos, consumo aquífero e fontes energéticas.



Prosperidade

Classifica a empresa de acordo com o seu reflexo no bem-estar da sociedade. Observa-se a contribuição econômica, inovação em bens e serviços e outros pontos avaliativos da prosperidade social relacionada a companhia.

ESG no Brasil

Após grande repercussão mundial, o tema ESG passou a criar raízes no Brasil. Mesmo sendo um movimento pequeno e recente comparado a outras nações, o tópico ganhou uma grande relevância nos últimos anos e mostrou que veio para ficar.

Dono da maior riqueza natural do mundo, o Brasil possui potencial para liderar agenda ESG. No entanto, o capitalismo de partes interessadas só foi intensificado nos últimos anos. Antes, era difícil pensar que gestoras de investimentos utilizariam os parâmetros ESG com tamanha relevância em suas análises. Porém, o cenário está mudando atualmente, muito devido às performances consistentes de empresas e fundos baseados em critérios de responsabilidade socioambiental.

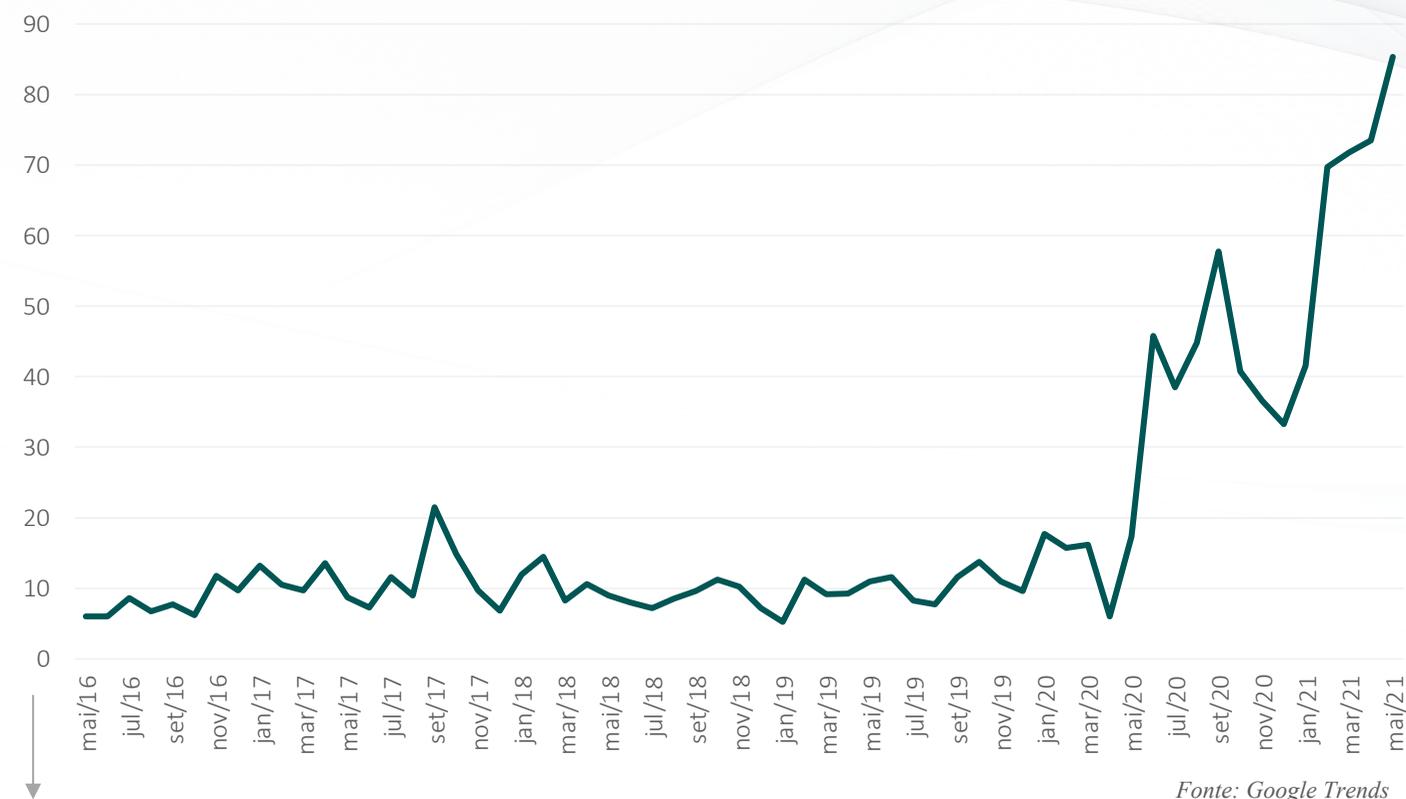
Uma análise baseada no número de vezes em que a sigla ESG foi pesquisada no Google mostrou que o interesse pela pauta ESG atingiu seu ponto mais alto dos últimos cinco anos no Brasil. Vale salientar que a pandemia de COVID-19 contribuiu para o incremento desse comportamento, aumentando o foco em quesitos socioeconômicos e ambientais na performance e operações das empresas. Nesse mesmo período de crise analisado, houve um implemento de novos fundos sustentáveis que continuaram crescendo, se diversificando e atraindo atenção dos investidores institucionais. Cerca de 95% desses fundos, no ano de 2020, performaram melhor do que os índices que não adotam a agenda ESG, ou seja, as empresas que buscam a sustentabilidade como um todo, de alguma forma são mais resilientes do que as demais.

Com o incremento dos resultados, foi identificado um acréscimo de popularidade em instrumentos de dívida baseados em desempenho ESG, chamados de Sustainability Linked Bonds (SLB), a forma de captação viabiliza aos emissores, uma alocação alinhada a metas ambientais, sociais e de governança, com impacto no spread. Além desse instrumento, houve também um desenvolvimento por parte dos bancos, os quais elaboraram emissões que permitem que os recursos sustentáveis cheguem às pequenas e médias empresas através do crédito bancário.

O mercado financeiro brasileiro parece ter entendido que a adoção de práticas sustentáveis não apenas dá mais resultado no longo prazo, mas também diminui o risco das carteiras. Por outro lado, o mundo político, em sua maior parte, ainda não correlacionou muito bem os resultados que podem ser obtidos. O acréscimo de incêndios florestais e áreas desmatadas registradas nos últimos anos deixa em dúvida a efetividade da legislação ambiental brasileira.

Como possibilidade de melhoria nacional em questões de sustentabilidade, o programa do Fórum Econômico Mundial traz um bom roteiro para analisar se as empresas brasileiras estão em conformidade com os novos tempos. Dessa forma, o melhor planejamento da utilização dos recursos em sintonia com a transparência dos setores público e privado, poderiam elevar o país a outros patamares.

Evolução das Pesquisas Sobre ESG no Brasil



Fonte: Google Trends

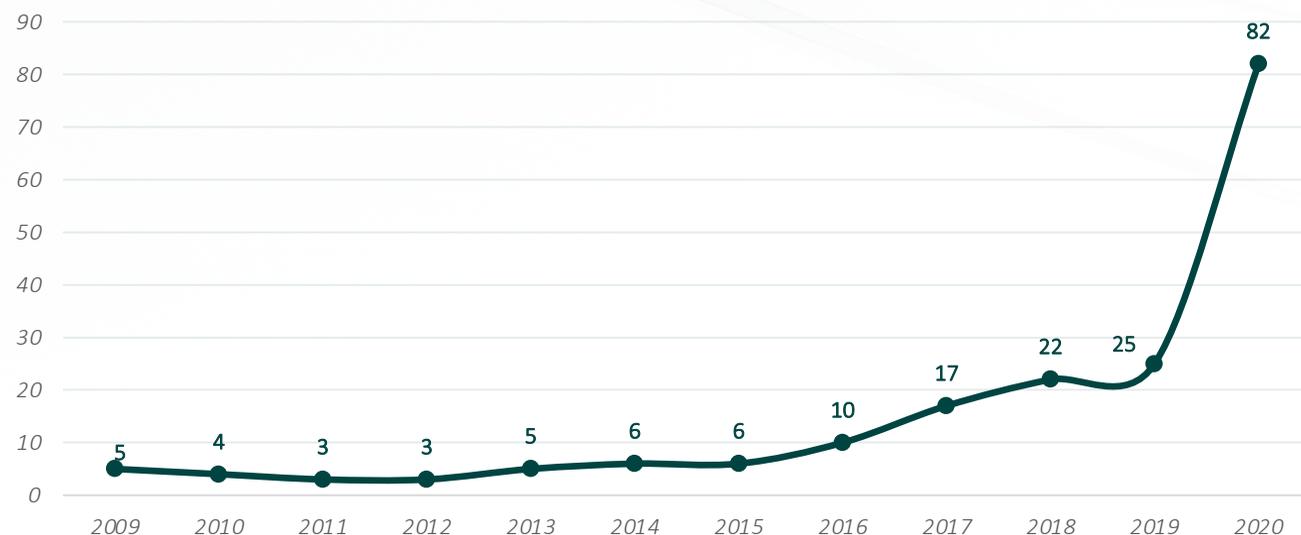
(Interesse ao longo do tempo)

Os números representam o interesse de pesquisa em relação ao ponto mais alto no gráfico para determinada região e hora. Um valor de 100 é o pico de popularidade do termo. Um valor de 50 significa que o termo tem metade da popularidade. Uma pontuação de 0 significa que não havia dados suficientes para este termo.

ESG no Mercado de Capitais

Como já foi destacado anteriormente, o mercado de capitais tem um papel muito importante no aprimoramento dos resultados das ações ESG. Uma vez que o investidor opta por envolver tais práticas no processo de definição de portfólio, as empresas que ainda não são adeptas aos respectivos padrões, se sentem ameaçadas, e por sua vez, pressionadas a se adequarem aos critérios impostos. Concomitante a esse movimento, o mesmo acontece na questão dos novos fundos sustentáveis que estão sendo inseridos no mercado. As empresas, para conseguirem acesso a esse capital, precisam implementar ações que enderecem questões ambientais, sociais e de governança.

Ativos dos fundos ESG

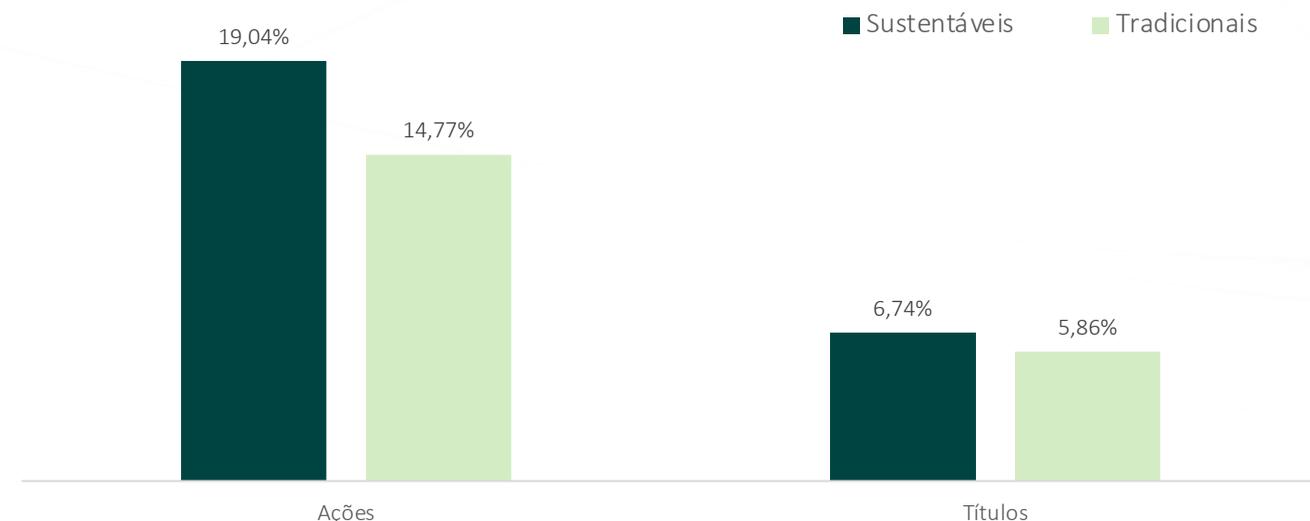


Fonte: etfgi.com - Ativos dos fundos ESG (ETF e ETP) em bilhões de dólares

Essa pressão exercida no mercado de capitais é observada em gráficos de resultados nos últimos anos. É visível uma crescente implementação dos aspectos ESG, ainda após a crise de 2020, onde os investidores buscaram resiliência em seus portfólios. Os bons resultados adquiridos pelos investimentos sustentáveis reforçam o valor desse tipo de aplicação e por consequência, desmitificam que os investidores que incluem considerações de sustentabilidade em seus portfólios, enfrentam uma compensação financeira.

De acordo com o estudo do Institute for Sustainable Investment, associado ao Morgan Stanley, os fundos sustentáveis, tanto em ações quanto em títulos, resistiram melhor a crise do que as carteiras tradicionais. Foi feita uma análise de mais de 3.000 fundos americanos negociados em bolsa (ETFs) e foi observado que os fundos de ações sustentáveis superaram os fundos tradicionais por um retorno médio aproximado de 4,3 pontos percentuais em 2020. No mesmo período, os fundos de títulos de renda fixa ESG superaram os convencionais por um retorno mediano de 0,9%.

Retornos totais medianos de 2020



Fonte: Institute for Sustainable Investments

O grande potencial desse avanço realizado nos últimos anos é que a agenda ESG está mostrando ao mundo que, de fato, o aperfeiçoamento pode trazer ganhos expressivos e que, em médio e longo prazo, as ideias podem contribuir para o desenvolvimento de uma economia resiliente e responsável.

ESG no Agronegócio

O agronegócio tem sido a roda motriz da economia nacional. O constante aperfeiçoamento da atividade agrícola posiciona o país como uma das potências mundiais no ramo e o classifica como um dos maiores produtores e exportadores de diversos produtos. Em 2020, o agronegócio representou 26,6% do PIB nacional de acordo com o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), agregando aproximadamente R\$ 2 trilhões que refletiram em uma sustentação à economia brasileira dentro de um período de crise pandêmica.

Participação do PIB do Agronegócio nos últimos 20 anos

Ano	PIB Brasil (em R\$ milhões)	PIB Agronegócio (em R\$ milhões)	Agronegócio Total
2000	1.199.092	365.411	30,5%
2001	1.315.755	395.196	30,0%
2002	1.488.787	448.823	30,1%
2003	1.717.950	523.607	30,5%
2004	1.957.751	536.436	27,4%
2005	2.170.585	529.142	24,4%
2006	2.409.450	561.712	23,3%
2007	2.720.263	616.584	22,7%
2008	3.109.803	702.798	22,6%
2009	3.333.039	712.410	21,4%
2010	3.885.847	833.541	21,5%
2011	4.376.382	908.092	20,7%
2012	4.814.760	921.473	19,1%
2013	5.331.619	1.004.411	18,8%
2014	5.778.953	1.078.952	18,7%
2015	5.995.787	1.207.049	20,1%
2016	6.269.328	1.397.912	22,3%
2017	6.585.479	1.366.714	20,8%
2018	7.004.141	1.408.231	20,1%
2019	7.407.024	1.518.936	20,5%
2020	7.447.858	1.978.894	26,6%

Tabela I - Importância da contribuição do agronegócio na economia nacional
Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)

Dentro desse panorama atípico, a busca por qualidade, produção efetiva de alimentos e sustentabilidade vem sendo um dos assuntos mais discutidos no campo. Para alinhar esses temas com a rentabilidade e a constante evolução do setor na economia, o agronegócio está gradualmente absorvendo e internalizando as práticas ESG.

O conceito de governança sustentável relaciona-se diretamente com as cobranças feitas pela sociedade civil. A necessidade contínua do aumento da produção de alimentos segue emparelhada à maneira que o agronegócio está se preparando, adequando e respondendo a diferentes questões, como por exemplo, as mudanças climáticas, a valorização da segurança e das condições de trabalho de seus colaboradores e terceiros, de que forma estão encarando a escassez de recursos naturais e quão engajados estão com valores éticos e de transparência.



Desenvolvimento das regiões produtoras

Inclusão socioeconômica da agricultura regional e populações tradicionais com geração de valor social para as comunidades produtoras agrícolas.

- ❖ Ampliar a participação dos produtores rurais locais na produção agrícola do Brasil
- ❖ Aumentar o acesso a crédito para produtores locais
- ❖ Conduzir ações para disseminação de informações relacionadas a boas práticas agrícolas nas comunidades produtoras



Produção agrícola sustentável

Expansão e aumento da eficiência da produção agropecuária para atender a demanda global por alimento garantindo a conservação da vegetação nativa e reposição dos passivos.

- ❖ Ampliar área de produção de grãos a partir de áreas de pastagem degradada
- ❖ Reduzir o desmatamento
- ❖ Cumprimento de 100% das obrigações de regularização ambiental e código florestal
- ❖ Garantir a preservação das áreas de vegetação nativa e proteção permanente
- ❖ Estimular a diversificação e integração da produção como alternativa à monocultura
- ❖ Estimular o planejamento integrado da propriedade, conservação do solo e água, manejo integrado de pragas, plantio direto e integração lavoura pecuária



Governança corporativa

Princípios de governança que garantam a criação de valor para todos as partes interessadas e *shareholders*.

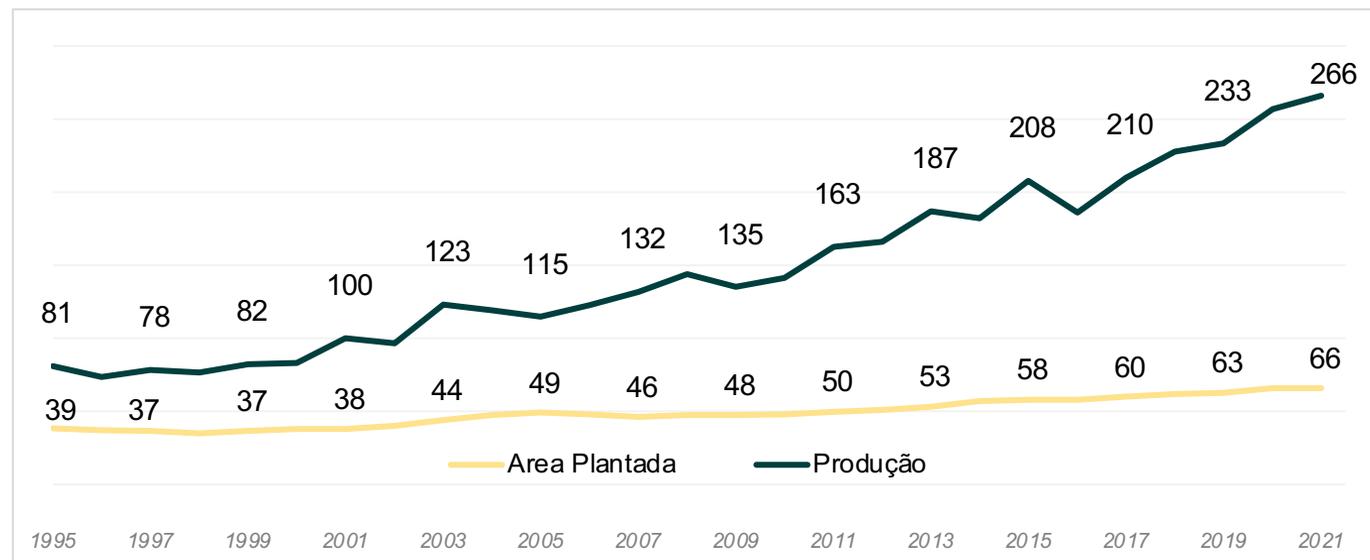
- ❖ Diversidade no time na empresa
- ❖ Políticas e procedimentos que garantem a conduta ética da empresa
- ❖ Processos robustos para gestão de riscos englobando riscos ambientais e sociais além dos econômicos
- ❖ Treinamento da equipe em temas de ética, anticorrupção e sustentabilidade para o desenvolvimento de competências relacionadas aos temas
- ❖ Comunicação transparente sobre os impactos socioeconômicos e ambientais, negativos ou positivos gerados pela empresa

ESG no Agronegócio

Um relatório elaborado pelo secretariado da Convenção-Quadro da ONU (UNFCCC), tornou público, para conhecimento mundial, a importância do agronegócio brasileiro para a redução global dos impactos climáticos. O relatório destaca o desempenho da produtividade brasileira, a qual aumentou em 386% e a área agrícola somente 83%, o que significa uma preservação de cerca de 120 milhões de hectares de floresta. Por conseguinte, a preservação ambiental influencia positivamente na remoção de CO₂ que as atividades humanas emitem para a atmosfera, reduzindo impactos climáticos.

O texto indica que “a chave para essa evolução responsável, foi o investimento do Brasil em políticas públicas relevantes e tecnologia de base científica”, evidenciando a agricultura baseada na inovação tecnológica, as adaptações às mudanças climáticas e a conservação dos recursos naturais.

Evidência da evolução da produção frente à área de plantio



Fonte: Conab
(Área Plantada e Produtividade de Grãos - em 1000 ha e 1000 t respectivamente)

Atualmente, empresas do agronegócio que realizam as melhores práticas de ESG tendem a se diferenciar no mercado, criando bases que fortalecem seu crescimento e perpetuidade. Segundo a Pesquisa Anual Global de CEOs 2021 da PwC, 47% dos respondentes brasileiros do agronegócio acreditam que suas empresas precisam fazer mais para divulgar o seu impacto ambiental, contra 39% do resultado global. No Relatório Global do Fórum Econômico Mundial, todos os cinco principais riscos de longo prazo listados estão relacionados à questões ambientais.

Os esforços das empresas que prezam pelo ESG são refletidos de três formas: emissão de títulos verdes (“green bonds”), participação em índices de sustentabilidade e implementação de políticas de ESG. Na emissão de títulos verdes, ressalta-se a importância da captura de carbono, que são atrelados a emissão e captura de carbono nas operações de uma determinada empresa, ao longo de toda a cadeia ou “dentro da cerca”. Mercados e plataformas de comercialização de carbono, como a Moss Earth, estão surgindo e tornando o mecanismo cada vez mais líquido. Na participação em índices de sustentabilidade, como os índices ICO₂ B3 e ISE BR da Bovespa, é requerido um robusto sistema de governança das empresas, o que faz com que somente empresas de maior porte consigam se enquadrar nos referidos índices. Já a implementação de Políticas de ESG são um primeiro passo que pode ser adotado por empresas e produtores de todos os tamanhos.

A credibilidade de uma organização ESG potencializa novos acessos a fontes de financiamento atrelados a metas socioambientais e de governança, o que agrega valor aos acionistas no longo prazo e, pensando macroeconomicamente, pode gerar uma mobilização de capital capaz de transformar o Brasil em um líder global de agricultura sustentável. Também melhora a gestão das empresas, reduzindo e mitigando riscos, além de naturalmente trazer uma visão de longo prazo e simpática a maior governança e introdução de novas tecnologias na produção.

Ter uma empresa focada no agronegócio atrelada a uma agenda ESG em breve pode ser considerado uma necessidade básica. Adotar as práticas condizentes com a pauta exige, muitas vezes, uma mudança cultural da organização em um setor que convive com uma população muito variada, desde uma vanguarda internacional profundamente tecnológica e moderna e produtores individuais ou familiares que estão tendo agora o primeiro contato com alguns conceitos de sustentabilidade. Porém, somente aquelas empresas que assumirem responsabilidade e procurarem entregar valor ao conjunto societário estarão qualificadas para competir à altura, entregar resultados consistentes ou acessar mercados internacionais, seja na captação de recursos para financiar a produção, ou na procura de novos mercados.

ESG no mercado imobiliário

Visto que a notoriedade das questões ESG trouxe uma considerável movimentação de capital direcionada em investimentos responsáveis, houve um venerável crescimento na oferta de fundos imobiliários que buscam adaptar-se aos princípios de sustentabilidade. Com a tendência se consolidando, os especialistas analisam que os gestores que não se dispuserem a esse processo vão perder oportunidades.

Hoje em dia, grande parte dos empreendimentos imobiliários iniciam suas obras adotando certas práticas ESG, priorizando por exemplo, questões de eficiência energética, acessibilidade e reutilização de recursos naturais. O alinhamento da arquitetura com tecnologia, sustentabilidade e práticas de engajamento social agregam na propriedade em longo prazo, nos recursos do imóvel e no próprio bolso dos gestores. O objetivo é melhorar a vida das pessoas com projetos modernos e eficientes, ao mesmo tempo que envolvem novos investidores e fortalecem a economia.

Olhando por este lado, os fundos imobiliários estão direcionando seus investimentos em obras com certificação LEED, empreendimentos ou projetos englobados na economia verde (parques eólicos, solares entre outros). A sigla LEED em inglês, representa *Leadership in Energy and Environmental Design* (Liderança em Energia e Design Ambiental). Basicamente é um sistema que certifica edificações de acordo com orientações ambientais e tem como objetivo incentivar projetos e obras com viés ecológico. A pontuação mínima para receber a certificação é de 40 pontos e a máxima 110. Conforme o número de pontos alcançados nas análises de estratégias sustentáveis, o projeto pode ganhar diferentes níveis de classificação LEED.



Implementação de coleta seletiva, utilização de transporte coletivo para a redução de emissão de CO2, reciclagem e captação de água das chuvas, são simples práticas que incluem os fundos imobiliários na esfera ambiental. Os ativos dos FII's que se adequam a métrica ambiental de acordo com sua capacidade podem obter vantagens econômicas, as quais vão desde a diminuição dos custos operacionais, até a valorização do imóvel para revenda ou aluguel. Além disso, é levado em conta aspectos que prezam a preocupação com segurança do trabalho, saúde dos trabalhadores, inclusão, capacitação e outras estratégias que trazem benefícios sociais ao contexto geral do empreendimento.

ESG no mercado imobiliário

Por fim, mas não menos importante, a adequação ao quesito governança implementa progressos ligados a gestão de equipe e colaboradores, bom relacionamento com investidores e locatários, e práticas éticas que prezam o respeito em relação aos cotistas. A busca por uma remuneração imparcial quanto ao gênero, redução de rotatividade de colaboradores, integração de minorias, combate a corrupção e fraudes, são boas práticas que regem o fundo dentro dos parâmetros de governança trazendo transparência aos envolvidos no investimento.

Ao avaliar os parâmetros que as gestoras estão se adequando, nota-se que o ESG tem uma combinação muito interessante com o mercado imobiliário. Investir em obras nesse contexto requer um certo esforço para que não ocorra falhas no modo de gestão desses critérios, entretanto, os benefícios obtidos em geral, atraem novos olhares e dessa forma, acredita-se que os produtos imobiliários desse ramo vão seguir em constante evolução e crescimento no Brasil. A relação do investidor com a gestora que incorpora os aspectos sociais e ambientais às estratégias e práticas de governança corporativa é mais vantajosa, uma vez que este sempre terá posse das informações mais relevantes do fundo, com objetividade e confiança nos movimentos dos responsáveis, trazendo mais tranquilidade em sua alocação de recursos.

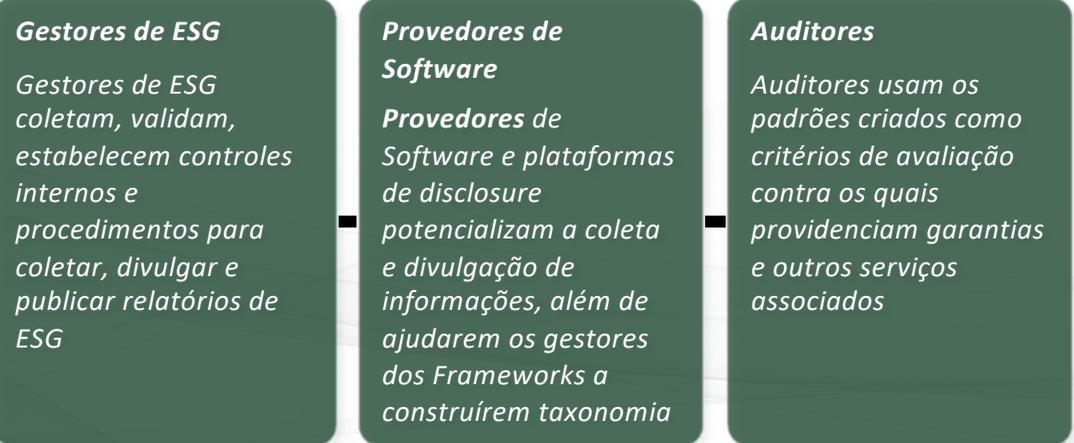


Metodologias e Frameworks

Um Framework é um conjunto de princípios e guias de “como” um relatório é estruturado e reportado para cada tópico ESG, bem como “quem” faz o acompanhamento e conferência destas informações. Os relatórios são compostos de padrões (standards) que são específicos, replicáveis e detalhados o suficiente para que possam ser comparados entre empresas e também possam coordenar mudanças de mercados ou setores na direção dos seus objetivos. Em suma, são o ponto de confluência entre os produtores de informações e os usuários de informações relacionados ao ESG, conforme a ilustração desse slide.

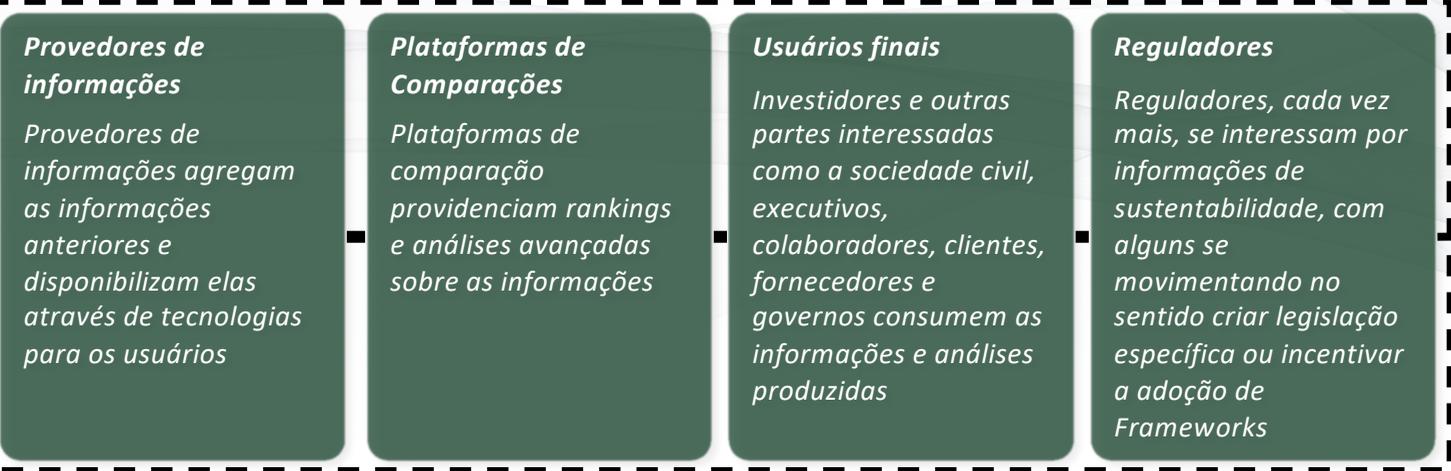
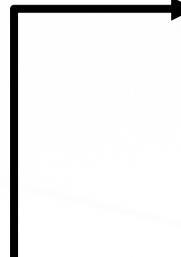


Produtores de Informações



Gestores de Frameworks

Conceitualizam os objetivos, processos e padrões, bem como capacitam os Gestores de ESG e estabelecem parâmetros para relatórios



Usuários de Informações

Além dos processos, a segunda coisa essencial para um Framework é a sua estrutura de governança. Como qualquer metodologia, é necessário o treinamento, acompanhamento e eventuais ajustes de curso nos padrões e procedimentos. Quem faz este monitoramento é um ou mais órgãos de governança central, que além de dirimir dúvidas e estabelecer padrões, divulga, conscientiza e capacita mais empresas e pessoas para implementar políticas ESG em geral. Em geral, como no caso de todos mencionados abaixo, à exceção do MSCI, são compostos por um Conselho ou Comitê eleito pelos participantes que tem como função zelar pela lisura e melhoramento contínuo do Framework.

Entidades, sejam elas empresas, investidores ou Estados, optam por um ou mais Frameworks, formalizam sua aderência e passam a seguir seus padrões e procedimentos. Porém, o Framework escolhido pode mudar consideravelmente a forma como o assunto de ESG é tratado na entidade. Seria impossível detalhar todas as metodologias usadas neste Overview, pela variedade e diversidade delas, então foram elencadas as maiores e mais tradicionais.

ODS – Uma visão do Governo

Para lidar com a demanda de diferentes setores, foram tomados caminhos distintos por parte do Poder Público e a Sociedade Civil para estabelecer Frameworks de ESG. No âmbito do Poder Público a discussão, além de aprofundada em níveis nacionais, especialmente àqueles que lideraram o debate, foi tida nas Organizações das Nações Unidas. Ao longo dos anos foram desenvolvidos, no âmbito do programa das Nações Unidas Agenda 2030, os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, ou em inglês Sustainable Development Goals (SDGs).

Ao todo foram acordados 17 ODSs que tratam de diversos temas e áreas, tanto relacionados à sustentabilidade ambiental quanto social e de governança, com este último sendo perenes nos princípios dos ODSs no que diz respeito ao acompanhamento, mensuração e a própria **metodologia do framework**. Em seguida, foram detalhados os objetivos e ficou à cargo de cada uma das Nações participantes desenvolverem metas específicas para que pudessem ser cobradas e acompanhadas. No que diz respeito ao ESG no setor público, estamos neste passo. Porém, na iniciativa privada, as coisas andam mais rápido.



GRI e SASB – Visão de Empresas (Gestores)



Na iniciativa privada, o trabalho foi mais variado, surgindo de forma espontânea e liderada por diversas entidades e organizações específicas, além de grandes empresas. Como mencionado anteriormente, alguns setores aderiram de forma mais rápida ou mais profundas à estes princípios, criando inclusive políticas de ESG, política de investimento responsável e frameworks ou outros mecanismos próprios para mensuração e avaliação. Foram tantas novas ideias que seria impossível que este Overview AGBI cobrisse todos, mas mencionamos aqui alguns que merecem destaque por sua profundidade ou número de subscritores.

O mais antigo e mais utilizado framework do mundo é o GRI, estabelecido em 1997. Ele é trabalhado em conjunto entre empresas, fornecedores, clientes e seus colaboradores, sob a filosofia de partes interessadas mencionada em **Capitalismo de Partes Interessadas & Investimento Responsável**, e tem uma visão particularmente holística, tentando compreender em seus relatórios todos os impactos diretos e indiretos das empresas nos seus negócios e no mundo ao seu redor. Seu foco é, principalmente, nos elementos de interesse público presente em qualquer negócio, com menos relevância em aspectos financeiros e contábeis.

Para suprir esse vácuo de ESG mais focado em questões financeiras, de risco, e contábeis, em 2011 a **Sustainability Accounting Standards Board – SASB** foi criada e em 2018 publicou padrões de ESG para 77 setores, cada qual com um conjunto de tópicos com métricas associadas. Desde então, pelo seu tamanho nos EUA e mais de 750 empresas que usam seu Framework no mundo todo, se tornou um framework relevante e de referência quando o objetivo é compreender o impacto financeiro dos riscos ambientais, sociais ou de governança. Como diferencial, foi tomado um cuidado de se montar uma estrutura de governança do Framework com dois níveis de controle, inclusive uma equipe de auditoria independente que verifica a conformidade dos processos nos associados e na própria SACB.



PRI e MSCI – Visão de Investimento (Investidores)

Sob a visão de escolha de investimentos, há dois frameworks que merecem destaque. O primeiro, desdobramento do trabalho da ONU, tem uma visão mais holística e o segundo, originário do mercado, traz consigo elementos setoriais para auxiliar investidores a diferenciarem potenciais investimentos.

O PRI, as Nações Unidas fomentaram iniciativas como o **Protocolo de Investimento Responsáveis (PRI)** que visavam mobilizar a sociedade civil ou a iniciativa privada para aderirem, ao menos em princípio, com Investimento Responsável e a disseminação destes. No caso do PRI, foram estabelecidos os seguintes 6 princípios:

- I. Incorporar ESG em análise de investimentos e processos de tomada de decisão
- II. Ser gestores e incorporadores ativos em assuntos ESG
- III. Buscar divulgação apropriada de assuntos ESG nas empresas nas quais investimos
- IV. Promover aceitação e implementação destes princípios na indústria de investimentos
- V. Trabalhar em conjunto para aumentar a efetividade da implementação destes princípios
- VI. Reportar as atividades e progresso no sentido de implementar estes princípios

A metodologia do PRI passa pela subscrição voluntária de Investidores, gestores e administradores, se comprometendo aos princípios acima. O controle é feito pelas próprias empresas, através de *disclosure* das próprias empresas em relatórios anuais enviados ao PRI. Estes relatórios tocam em diversos temas ESG, explicitam metas estabelecidas pelas próprias empresas e podem gerar exclusão do programa após 24 meses sem correções de rumo.

O segundo framework, desenvolvido pelo **Morgan Stanley Capital International – MSCI**, mede resiliência de longo prazo à princípios ESG e é muito utilizado por investidores institucionais. Outro ponto particularmente importante desta abordagem é sua visão setorial, normalizando os resultados de um sistema de pontuação entre setores para gerar uma escala de CCC a AAA de adequação ESG de forma similar à análise de riscos das agências de rating. Desta forma, os investidores podem mensurar o desempenho de empresas com outras companhias do mesmo segmento.

Neste modelo, é importante mencionar que cada setor tem os pesos de elementos ESG ponderados pela sua importância para o índice. Por exemplo, o tratamento de água de uma empresa de mineração tem peso muito mais relevante do que em uma empresa financeira, ao passo que a segunda tem um maior peso nos índices de segurança de dados. Para tal, são utilizados mais de 1000 pontos de dados para analisar exposição à risco em 80 setores e localizações.



Futuro do ESG: Integração

Como é de se esperar, a variedade de Frameworks ainda complica muito a capacidade das empresas e países de se adaptarem e fragmenta os esforços para promoção de ESG. Com isso em mente, há algumas grandes iniciativas para padronização dos Frameworks e integração das metodologias.

Este processo de integração remonta à 2017, quando foi assinado um acordo de colaboração entre o GRI e o PRI, abrindo discussões sobre a integração de dois dos principais Frameworks de ESG da visão de Investimentos (usuários de informação) e gestores (produtores de informação). Este acordo inclui cada vez mais subscritores e faz um trabalho de revisão dos pontos em comum dos principais frameworks atuais. Em 2020, SASB, GRI e mais 4 governanças de Framework assinaram um termo de cooperação com o intuito de integrar suas metodologias. Compreendem que estamos em um momento crucial para o desenvolvimento e disseminação do ESG no mundo e, para tal, começam a envidar esforços para alinhar visão, informações a serem divulgadas, educação ESG e muito mais.

Mas talvez as iniciativas mais abrangentes são as mais recentes. O *European Green Deal* vem da Comissão Europeia, através do pacote de medidas publicado em abril de 2021 que inclui o *EU Taxonomy Climate Delegated Act*, o *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)* e as emendas aos atos delegados. O framework pretende ser um modelo que atende diversos setores e tamanhos de empresas, com padrões para grandes corporações e PMEs para facilitar a comparação de sustentabilidade de forma clara para investidores. Ainda, explicita a obrigatoriedade de *suitability* para crescimento sustentável, obriga a inclusão de riscos de na avaliação de negócios e sua consideração no desenho de novos produtos financeiros.

Os próximos passos, a serem levados à cabo até 31 de outubro de 2022, são as publicações dos atos delegados referentes a normas de reporte de sustentabilidade e a adequações à nível nacional destas iniciativas. Entre as iniciativas públicas e privadas, espera-se que em breve a busca por um framework padrão ou facilmente utilizável por investidores e empresas se torne algo mais simples nos próximos anos.



Neste sentido, em setembro de 2021, o *International Business Council* associado ao Fórum Econômico Mundial, lançou em colaboração com EY, KPMG, Deloitte e PwC o *white paper “Measuring Stakeholder Capitalism: Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation”* (em tradução livre: *Mensurando Capitalismo de partes interessadas: Na Direção de Métricas Comuns e Consistentes para Reportar Criação de Valores Sustentáveis*), no qual ressalta a abordagem do “*Big 4*” da contabilidade mundial para padronizar as métricas existentes de ESG.

No mesmo mês, na Assembleia Geral da ONU, foi lançado o *CFO Principles* para melhor alinhar as políticas das empresas aos ODSs. O documento foi elaborado pelo CFO Taskforce, composto por 58 CFOs e executivos das maiores empresas do mundo, que representam 22 indústrias e 1.6 trilhões de dólares de valor de mercado. O intuito é de dar indicações claras de um framework que conta tanto com o apoio público, através do alinhamento com os ODSs, quanto com o compromisso das grandes empresas, representadas pelo *CFO Taskforce*. Reduzindo ainda mais as disparidades de mensuração de ESG e facilitando a convergência para um framework consolidado e consistente no futuro próximo.

Frameworks e Padrões no Brasil

Como tratado na seção **ESG no Brasil**, a discussão sobre o assunto tem acompanhado o restante do mundo. Mas a discussão de frameworks tem sido mais profícua no setor privado, onde muitas empresas buscam frameworks internacionais, como os mencionados, inclusive sendo subscritoras de alguns dos processos de consolidação tratados neste Overview AGBI. Por outro lado, vale notar que a Lei 6.404/76 - Lei das S.A.s desde sua criação já mencionava o conceito de “capitalismo de partes interessadas”, ao falar da função social da empresa. Outras legislações também reforçam a responsabilidade com sustentabilidade, mas os produtos financeiros verdes tem sido o que mais tem embasado ESG no Brasil.

Leis como a Lei do Agro ou o Decreto 10.387/20 que permitiu que debêntures incentivadas abarcassem projetos que proporcionem benefícios ambientais ou sociais relevantes, trouxeram consigo ferramental importante para reduzir a burocracia e fomentar desenvolvimento econômico sem desconsiderar a sustentabilidade. Foram criados instrumentos financeiros como as Cédulas de Produtor e Rural Financeiras – CPR-F, que permitem o financiamento voltado à preservação de florestas, o Certificado de Recebível Educacional – CRE, que permite financiamento de educação, entre outros.

Em uma tentativa de racionalizar os padrões, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) em parceria com o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável criou o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil e desde 2018 a B3 passou a identificar os títulos verdes em sua plataforma, através do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE BR). Em 2020, criou o Índice de Carbono Eficiente (ICO2 B3) e para expandir ainda mais a oferta de títulos ESG, a B3 anunciou em 8 de setembro de 2020 o lançamento, em parceria com a S&P Dow Jones, do “S&P/B3 Brasil ESG, com empresas que seguem critérios ESG e são listadas na B3 além, de compor o S&P Brazil BMI. Para poderem ser listadas nestes índices, as empresas devem aderir ao Pacto Global em prol do desenvolvimento dos ODS da ONU.



Além disso, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o IBGC, criou a Agenda Positiva de Governança. Tal iniciativa busca ampliar o espectro da Governança para uma liderança mais inclusiva que também olha para aspectos sociais e ambientais. O projeto possui seis pilares e 15 medidas. Os pilares incluem: (1) ética e integridade; (2) diversidade e inclusão; (3) ambiental e social; (4) inovação e transformação; (5) transparência e prestação de contas; e (6) conselhos do futuro. De acordo com o próprio IBGC os pilares de diversidade e inclusão e ambiental e social buscam (2) propiciar uma cultura corporativa baseada em oportunidades iguais para todos, com respeito a diversidade e (3) o comprometimento dos líderes em incorporar impactos ambientais e sociais ao negócio e integrar a organização à sociedade. Dentre as medidas de destaque acerca do tema estão a identificação e divulgação de medidas e indicadores para adoção de ações ESG, trazendo estudos de caso, contribuir para a elaboração de leis e regulamentos com melhores práticas ESG, estimular o mercado de bens e serviços sustentáveis, entre outros.

Benefícios e Desafios de Implementação

Quais os principais problemas e riscos?

O mercado financeiro é um grande berço de criadores ou utilizadores de jargões. Um destes jargões é o FOMO, do inglês *“Fear of missing out”*, que em português claro é o medo de não estar na moda, ou aproveitando uma tendência do momento. O ESG é um assunto em pauta nos corredores (ou *video-calls* atualmente) das gestoras de fundos e nas grandes companhias mundiais. E isto apesar de ser muito bom, gera alguns desafios. Empresas e *Assets* com medo do FOMO estão tentando se adequar às premissas ESG e estão, em parte, pulando etapas importantes do processo para se tornarem uma empresa ESG de fato. Ou, o que é pior, estão vendendo uma falsa imagem daquilo que não são. Desta forma, alguns pontos de cautela surgem acerca do assunto tais quais a velocidade de implementação, convergência com cultura da empresa e mentalidade da liderança, e a discussão da adoção de práticas ESG por crença e afinidade ou por necessidade.

Apesar da tendência de perenização como métrica de seleção de ativos, o fato de o ESG estar na moda faz com que gestores e executivos se empenhem em acelerar o processo de adequação de suas instituições à sigla para não perderem o *“timing”*. A aceleração desta adaptação é muito bem-vinda, porém traz muitos riscos ao processo. Primeiramente, devido ao fato das mudanças comportamentais e estruturais dentro das organizações serem morosas. A cultura da empresa é formada pelo conjunto de crenças e valores representada nas ações e atitudes de seus colaboradores. Para mudar o comportamento de um grupo leva-se tempo, até que os agentes participantes absorvam a informação, entendam, concordem e apoiem, para então disseminar a nova cultura. Para as empresas que buscam uma composição social, étnica, racial e gênero mais heterogênea, a *“diversificação”* exige uma transformação estrutural que pode levar meses ou anos, ou mesmo à uma decisão estratégica de que algumas das bandeiras do ESG são difíceis de aplicar à realidade. Por isso, a velocidade de implementação e maturação das propostas ESG dentro das empresas pode apresentar particularidades, sendo de suma importância avaliar caso a caso, empresa a empresa, para enaltecer pequenos passos tomados por pequenos *players* que significam uma mudança hercúlea no espectro interno.



Timing

O fato de o ESG estar na moda faz com que gestores e executivos se empenhem em acelerar o processo de adequação de suas instituições à sigla para não perderem o *“timing”*. A aceleração desta adaptação é muito bem-vinda, porém pode trazer riscos ao processo



Cultura & Liderança

Para as empresas que buscam uma composição social, étnica, racial e gênero mais heterogênea, a *“diversificação”* exige uma transformação estrutural que pode ser morosa. As práticas de investimentos responsáveis devem estar arraigadas na cultura da empresa, refletida na tomada de decisão dos seus líderes para que o plano de ação ESG não fique somente no papel e no departamento de marketing.

Benefícios e Desafios de Implementação

Quais os principais problemas e riscos?

Outro obstáculo da temática inclui o poder das lideranças na implantação de métricas ambientais, sociais e de governança dentro das companhias. No livro *Capitalismo Consciente*, John Mackey, co-CEO do Whole Foods, e Raj Sisodia, descreveram quatro princípios para um capitalismo consciente, e o primeiro deles é o princípio de propósito maior. Em poucas palavras, empresas com propósito vendem pelo “porquê” elas fazem e não “o que” elas fazem. O propósito engaja as partes interessadas, traz uma base de consumidores fiéis, credores que financiam a causa e colaboradores que trabalham motivados em um objetivo comum. E quem dita o tom do “porquê” ou “o que” é a liderança e a cultura da empresa. Ou seja, uma liderança comprometida e dedicada num propósito maior vai encantar seus funcionários, que serão promotores espontâneos da marca ou entidade que integram. Por vendedores entendam, não somente a venda do produto, mas a propaganda aos amigos e parentes, o marketing orgânico fora do ambiente de trabalho e a confiança de estarem fazendo algo maior que eles próprios. De modo contrário, uma cultura fraca oriunda de uma liderança descomprometida ou de muitas palavras e pouca ação não cativam sua equipe. Em resumo, as práticas de investimentos responsáveis devem estar arraigadas na **cultura** da empresa, refletida na tomada de decisão dos seus líderes para que o plano de ação ESG não fique somente no papel e no departamento de marketing.

No tocante à adoção de políticas ESG por **crença ou necessidade**, é primordial identificar os tipos de perfis e como estes se relacionam com o tema. É sabido que uma parcela das empresas não conseguirá se adequar à uma política ESG. A tendência é que tais empresas tenham mais dificuldade de adaptação às novas exigências do mercado.



Crença ou Necessidade

Existe um grupo de empresas que desde sua concepção já definiam suas metas permeadas no Ambiental, Social e na Governança. Também há um grupo formado por uma gama de companhias que negligenciaram a importância do assunto no passado, e agora que está em voga, querem recuperar o tempo perdido. Enquanto a primeira pratica o ESG por crença a segunda o faz por necessidade.



Greenwashing

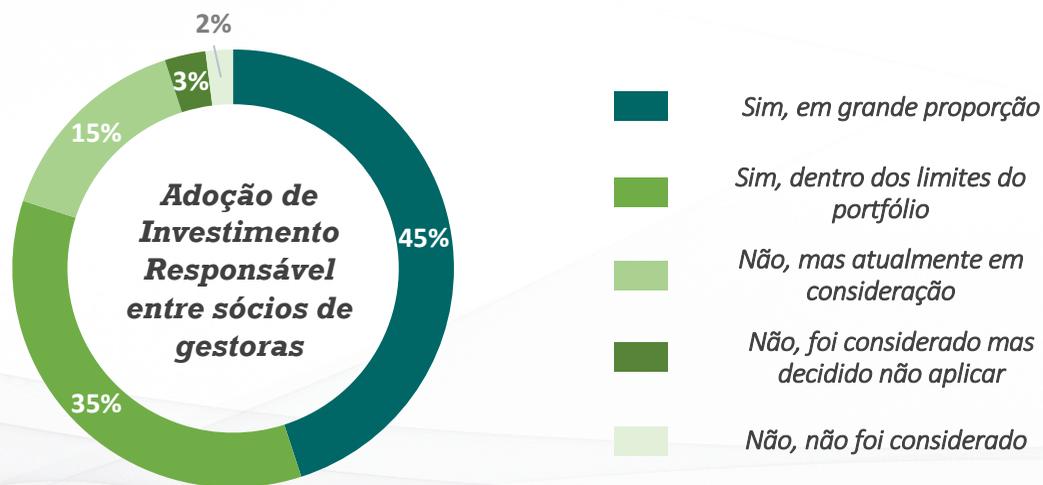
O termo “*Greenwashing*” vem do inglês e significa “lavagem verde”. Seu significado está atrelado a prática de dar uma camada “verde” na fachada da empresa, ou seja, aliar os termos “sustentável”, *eco-friendly*, aos seus ativos, produtos ou nome enquanto não são de fato socialmente e ambientalmente responsáveis.

Benefícios e Desafios de Implementação

Existe também um outro grupo que desde sua concepção já definem suas metas permeadas no Ambiental, Social e na Governança. O terceiro grupo é formado por uma gama de companhias que negligenciaram a importância do assunto no passado, e agora que está em voga, querem recuperar o tempo perdido.

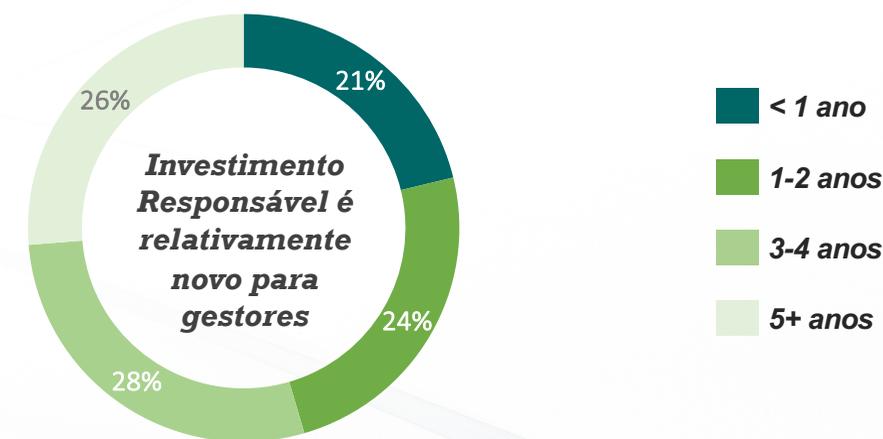
Em um relatório de 2020, o Morgan Stanley¹ entrevistou 110 sócios de gestoras de fundos e revelou que 80% dos entrevistados incluíram investimentos sustentáveis na pauta de suas gestoras:

- a) em razão do aumento da demanda.
- b) por enxergarem potencial de performance acima da média.
- c) por uma regulação mais estrita que direcionam para um controle maior de questões ambientais, sociais e de governança.



Fonte: Morgan Stanley (Adaptado)

Entre os 110 sócios, 45% dos entrevistados estão dispostos a aumentar consideravelmente o capital sob gestão investido em iniciativas responsáveis, enquanto 35% o estão fazendo em proporções de acordo com os limites de seu portfólio, 15% dos gestores estão avaliando a possibilidade de iniciarem investimentos alinhados com práticas ESG, e apenas os 5% restante não consideram no curto prazo adequarem as suas carteiras com investimentos mais responsáveis. Este é um dado muito relevante haja vista que até três anos atrás o investimento responsável era um assunto novo para 74% dos gestores.



Fonte: Morgan Stanley (Adaptado)

Baseado nas razões evidenciadas no relatório, identificam-se grupo que podem ser separados em pelo menos dois subperfis: o primeiro que são aqueles que entenderam a importância do ESG na conjuntura mundial atual e precisam ser acompanhados e apoiados no caminho em direção as mudanças comportamentais, estruturais e sociais. O segundo subgrupo demanda grande atenção, pois é composto pelas empresas que se dizem ESG nas apresentações e em nomes dos produtos, mas na prática não atendem aos requisitos para se considerarem como tal. Elas são reconhecidas por praticarem o Greenwashing.

O que é “Greenwashing”? Como identificar o falso ESG?

O termo “Greenwashing” vem do inglês e significa “lavagem verde”. Seu significado está atrelado a prática de dar uma camada “verde” na fachada da empresa, ou seja, aliar os termos “sustentável”, *eco-friendly*, aos seus ativos, produtos ou nome enquanto não são de fato socialmente e ambientalmente responsáveis. Isto é, deliberadamente passar uma falsa imagem de *compliance* com ESG para atrair mais investidores.

A discussão iniciou-se nos anos 90, nos Estados Unidos, quando empresas começaram a usar termos ligados às marcas que davam uma conotação de sustentabilidade e defesa ao meio ambiente, como “produto sustentável”, “amigo da natureza”, “politicamente correto”, “ambientalmente correto” etc., enquanto na verdade os esforços práticos em busca da responsabilidade ambiental e social eram mínimos. Para combater essa onda de falso comprometimento sustentável surgiram os “green guides”, um manual de uso dos termos ESG direcionado ao marketing das companhias.

E por que o “Greenwashing” funciona?

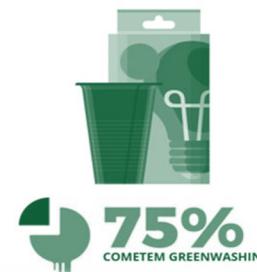
Uma pesquisa realizada pela Avaaz com relação à COVID-19 revelou que sete em cada dez brasileiros acreditam em pelo menos uma “fake news” da pandemia. Esta notícia é um ótimo exemplo do porquê o “greenwashing” funciona. Funciona devido à dificuldade em muitas das vezes se medir o impacto real das políticas implementadas pelas organizações e pela credibilidade das marcas perante a sociedade.

Enquanto medidas sociais são mais fáceis de serem identificadas, existe hoje uma dificuldade enfrentada pelo grande público, sejam eles investidores individuais ou consumidores em geral, na medição e acompanhamento de como cada empresa envolvida em seu ecossistema está lidando com questões socioambientais. Além disso, empresas que dispõem de credibilidade perante o público, por já serem marcas consolidadas no mercado se fazem mais críveis e gozam de uma confiança maior de seus consumidores, clientes e admiradores.

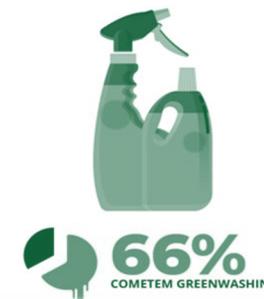
Recentemente o jornal o Globo divulgou uma pesquisa da Blendoor, uma startup especializada em criação de *ratings* ESG e auxílio a clientes na contração em grupos diversificados, na qual foi constatada que as empresas de tecnologia que apoiaram publicamente a campanha “#BlackLivesMatter” empregavam em média 20% menos negros do que as que não se pronunciaram. Este trabalho escancarou as diferenças entre o agir e falar em investimento responsável.



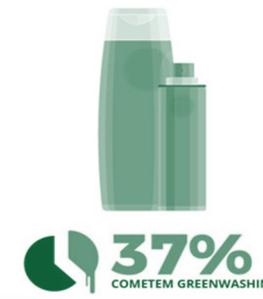
UTILIDADES DOMÉSTICAS



PRODUTOS DE LIMPEZA



HIGIENE E COSMÉTICOS



DENTRE
243 PRODUTOS
QUE COMETEM
GREENWASHING

APENAS 22
COMPROMETERAM-SE
A ADEQUAR
SEUS RÓTULOS

Fonte: Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor

Para escapar do ESG de fachada, verifique se a propaganda feita pela marca condiz com a missão, a visão e os valores compartilhados pela companhia ou se a campanha de marketing é “boa demais para ser verdade”. Nada contra as peças publicitárias, uma vez que elas estejam representando fidedignamente as empresas. Pondere se os produtos “green labels” convergem com o posicionamento da empresa no mercado acerca de questões ambientais e sociais. Uma simples pesquisa no Google já pode ajudar o leitor em um filtro inicial rápido, mas a pesquisa deve ser feita com diligência enquanto não há uma metodologia e framework único, pois a mesma empresa pode ter notas diferentes à depender da metodologia.

Importância da Governança e ESG

Apesar dos aspectos sociais e ambientais estarem no centro dos holofotes, historicamente não foi sempre assim. Num passado não tão distante, o “*environmental*” e “*social*” não tinham a relevância que têm hoje. Um estudo de regressão do Morgan Stanley, identificou que cerca de 50% dos 2.645 fatores mais críticos do ESG estavam ligados a “*corporate governance*”.

Por que o foco substancial no “G”?

Segundo o IBGC a governança corporativa é “o sistema pelo qual empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre os sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.” Recentemente, o IBGC criou uma iniciativa chamada Agenda Positiva de Governança, que pretende estender os princípios da governança para as questões ambientais e sociais. O projeto conta com seis pilares de governança. São eles: Ética e integridade, Diversidade e inclusão, Ambiental e Social, Inovação e Transformação, Transparência e Prestação de contas, e Conselho do Futuro. Esta agenda está sendo proposta aos líderes de todas as organizações, independente de tamanho ou setor. A iniciativa propõe que as decisões tomadas pelos líderes das organizações sejam pautadas no seu propósito, e que integrem os pilares supracitados, tendo a governança um papel chave na implementação de tais medidas.

Isto posto, uma política de governança bem definida e estabelecida, abre o caminho e facilita a implementação das políticas ambientais e sociais dentro da empresa. As principais funções da governança corporativa em uma empresa são: nomear o board executivo, remuneração de executivos e colaboradores, garantir a ética dentro da empresa, tomar as decisões estratégicas para alocação de recursos, entre outros. Um board mais alinhado com a temática da sustentabilidade vai viabilizar mais facilmente, políticas e alocação de verbas para as causas ambientais e sociais. Por exemplo a aprovação de políticas salariais com intuito de diminuir o gap de remuneração entre homens e mulheres, empresas ambientalmente expostas separando CAPEX para prevenção de desastres, que impactam o *bottom-line* da companhia (G), mas evitam tragédias ambientais (E).



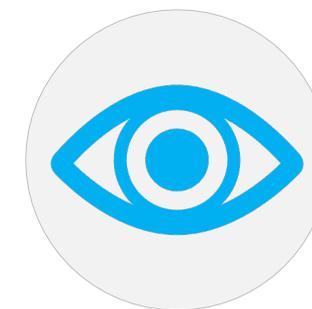
Ética e Integridade



Diversidade e Inclusão



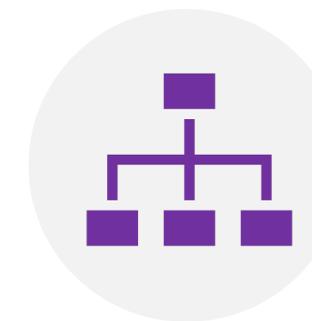
Ambiental e Social



Inovação e Transformação



Transparência e Prestação de Contas



Conselhos do Futuro

Fonte: IBGC

Como gerar valor com ESG?



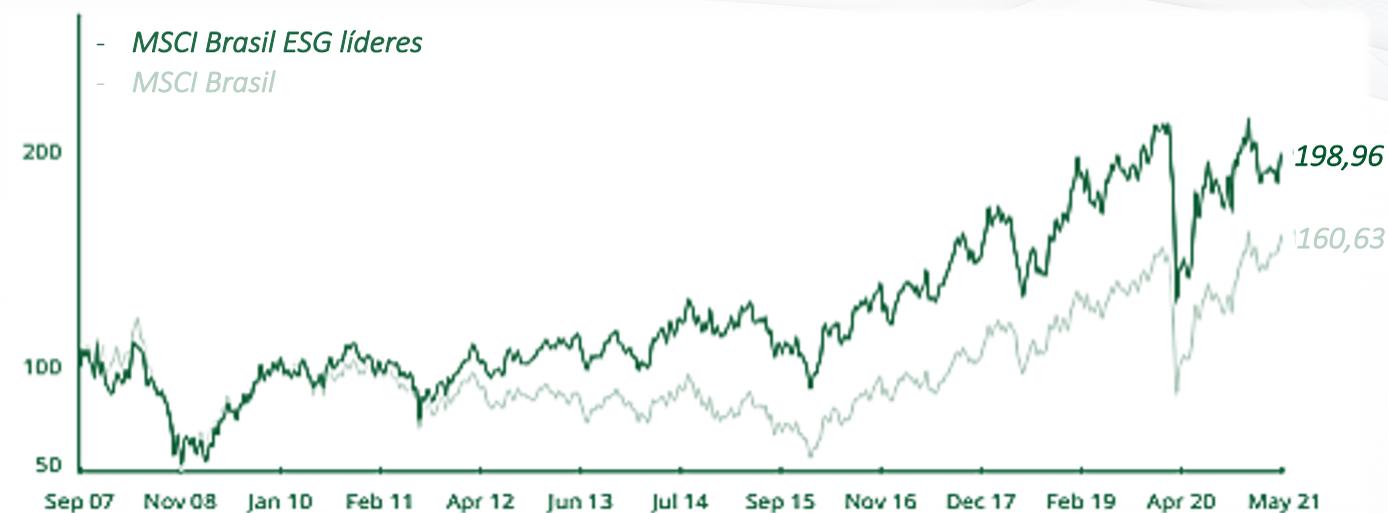
O maior objetivo da gestão de portfolios é maximizar retornos dado o perfil de risco de cada investidor. Em um passado recente, houve certa resistência em se adotar práticas ESG pela falta de identificação de valor financeiro gerado ou mesmo por se acreditar não ser rentável. Contudo, investimentos ESG têm se mostrado rentáveis, superando carteiras tradicionais. Em tradução livre de uma frase do CEO da State Street Global Advisors, Cyrus Taraporevala, “implementar o ESG é investir em valores para gerar valor a empresa”.

É possível separar o impacto positivo do investimento em valores, em valor tangível (financeiro) e intangível (social).

O valor financeiro está explícito em comparações entre índices ESG com índices tradicionais. Desde sua concepção o índice MSCI Brazil ESG Leaders, composto por *large* e *mid* caps líderes em seus setores em alinhamento com práticas ESG, apresenta um desempenho 25% maior que seus pares, que compõe o MSCI Brazil. Além disso, o índice ESG mostrou volatilidade, *downside risk* e *drawdown* menores.

Outro fator a ser considerado é que para perpetuar o negócio as empresas necessitam dar atenção ao perfil de consumo da geração Y e Z. A Forbes divulgou uma pesquisa da anistia internacional com mais de 10.000 jovens entre 18 e 25 anos de 22 países que revelou que 41% dos respondentes citam o aquecimento global como o maior problema a ser enfrentado no mundo, seguido de desigualdade social, étnica, racial e de renda. Dessa forma, pode-se prever que para uma organização se sustentar no longo prazo ela precisará se conectar com os problemas de seus consumidores, desenvolvendo soluções para tais demandas, e a implementação de políticas ESG oferece uma resposta com grande potencial de geração de valor futuro para as companhias e em linha com as expectativas de suas partes interessadas.

DESEMPENHO DE ÍNDICE CUMULATIVO – RETORNOS DE PREÇOS (BRL) (SET 2007 – MAI 2021)



Comparação entre os índices MSCI Brazil Leaders ESG e MSCI Brazil. Fonte: MSCI

Do lado imaterial, temos o valor gerado indiretamente no *bottom-line* das empresas através de práticas sociais e ambientais. Por exemplo, indústrias reciclando e revendendo seus próprios resíduos, otimizando os gastos com *utilities*, através da diminuição e/ou reutilização de recursos naturais, empresas com políticas bem estabelecidas de valorização de seus colaboradores que estão reduzindo o turnover, resultando em menor custo com contratação e treinamento e empregados mais engajados que entregam mais resultado. Ainda que estes fatores não sejam claramente mensuráveis, eles impactam positivamente tanto o resultado financeiro quanto a sua imagem e reputação perante a sociedade.

Não existe uma receita de bolo e provavelmente nem existirá. Não se consegue prever ou projetar o real (ou total) impacto num ‘*valuation*’, pois o ganho qualitativo na maioria das vezes não é mensurável. Dessa forma, é necessário aliar as análises economicamente mensuráveis com uma avaliação mais humanística no âmbito não numérico para enxergar o real valor que o ESG traz para suas partes interessadas.

Conclusão

Em suma, como abordamos durante todo este Overview AGBI, o assunto ESG requer profundidade e diligência das empresas, mas certamente é uma tendência a ser perseguida, se não por conscientização, por razões de mitigação de riscos. Porém a escolha da metodologia e a criação de uma cultura de ESG é algo que precisa ser feito com cuidado e atenção. A implementação é gradual e deve-se ter muita atenção quando da adoção de frameworks que, apesar de estar em consolidação, segue em constante mudança. Porém os benefícios de adoção de uma política de ESG são palpáveis, não somente do ponto de vista de financeiro e operacional, mas também moral.

Como já foi colocado na discussão sobre frameworks deste Overview AGBI, a constante mudança de indicadores e métricas de ESG, bem como a miríade de padrões e pontos de vista tornam os valores e princípios essenciais na implementação de uma política de ESG. Não obstante as dificuldades, muitas vezes, como é o nosso caso na AGBI Real Assets, a cultura de sustentabilidade pode já permear os negócios. Especialmente nestes casos, é vital saber como reportar ESG para não perder a oportunidade de esclarecer para todas as partes interessadas o impacto positivo da empresa.

De qualquer forma, o melhoramento contínuo é essencial em uma área tão cheia de novidades como sustentabilidade. No nosso caso, estamos sempre atentos à novas tecnologias de gestão, produtos financeiros ou técnicas de construção e plantio que podem criar possibilidades de investimentos ou novos negócios sustentáveis. Portanto, convidamos todos os leitores a refletirem conosco: quais são as possibilidades de aumentar o caráter sustentável do seu negócio e qual é a metodologia mais adequada para sua empresa?



Disclaimer

O conteúdo deste relatório não deve ser copiado, reproduzido, publicado, extraído ou resumido sem a concessão dos créditos devidos à AGBI Real Assets. As análises aqui expostas são baseadas em fontes públicas e confiáveis na data de publicação deste Overview AGBI. As opiniões específicas representam análises das informações no momento específico da sua publicação, podendo, portanto, sofrerem alterações com a mudança das circunstâncias de mercado ou com informações adicionais que possam não estar disponíveis no momento da publicação deste Overview AGBI. O material deve ser avaliado e compreendido em relação ao momento de sua publicação e dentro do contexto das demais informações expostas no conteúdo e na bibliografia. A AGBI Real Assets não assume nenhuma responsabilidade por garantir revisão, retificação ou atualização deste relatório por razão de eventos subsequentes à sua publicação.

As informações contidas neste material foram preparadas pela AGBI Real Assets e não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de quotas do Fundo ou de qualquer outro valor mobiliário. As quotas do Fundo serão distribuídas por instituições financeiras que integrem o sistema de distribuição de valores mobiliários. Mesmo tendo tomado todas as precauções para assegurar que as informações aqui contidas não sejam falsas ou enganosas, a AGBI Real Assets não se responsabiliza pela exatidão ou abrangência das mesmas, nem tampouco pelas decisões de investimentos tomadas com base neste material.

O conteúdo deste documento possuem caráter informativo e tem como objetivo fomentar o debate entre a equipe da AGBI e seus clientes e parceiros acerca dos temas aqui contidos. Não devem servir como fonte única de informação para definição de investimentos. Antes de tomar uma decisão de investimento, todo investidor deve sempre analisar minuciosamente, preferencialmente com a ajuda de um profissional devidamente qualificado para tal, diversos aspectos do produto no que tange aos riscos e objetivos do produto e sua própria tolerância ao risco. Portanto, apesar de diversos comentários gerais sobre os temas de sustentabilidade, nada nestes relatórios caracteriza recomendação de estratégia específica.

Este material é confidencial, para uso exclusivo a quem se destina e não pode ser distribuído. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa de todos os documentos pertinentes ao investimento ao aplicar seus recursos. As informações contidas nesse material são de caráter exclusivamente informativo.



REAL ASSETS

Rua Funchal, 263. 5º andar
São Paulo - SP - 04551-060 - Brasil
+55 (11) 3080-2800
contact@agbi.com.br